

Anexo I

Um panorama sobre as políticas de ensino de língua portuguesa no Brasil

Margarete Von Mühlen Poll

Universidade Federal da Paraíba

Ao longo de sua história, o Brasil teve diferentes políticas voltadas para o ensino de língua portuguesa. No Brasil Colônia, inicialmente, elas estavam a cargo da Companhia de Jesus, a partir de 1758 passaram a ser responsabilidade do governo imperial; no Brasil independente, o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, em uma política liberal de descentralização, criou as assembleias legislativas provinciais e, em seu artigo 10º, colocou sobre elas o poder de legislar “Sobre [a] instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la [...]”. Embora não se possa falar de uma política de ensino especificamente para a língua portuguesa no Brasil Colônia e nas primeiras décadas após a independência do Brasil, várias leis e decretos-lei foram instituídos sobre seu ensino, como a criação do cargo de professor de língua portuguesa, a criação da disciplina de língua portuguesa e, além disso, as diferentes portarias sobre as regras ortográficas e a Nomenclatura Gramatical Brasileira, dentre outras. Pensar o ou sobre o ensino de língua portuguesa implica também refletir sobre as metodologias empregadas ao longo do tempo nas aulas de língua portuguesa e sobre os materiais didáticos disponíveis em cada período histórico. Assim, neste curso, pretende-se abordar, de forma cronológica, a legislação e os planos nacionais de ensino de língua portuguesa mais relevantes elaborados até o momento. Pretende-se, também, pensar sobre os métodos de ensino empregados e os materiais didáticos disponíveis ao longo do tempo e como eles impactaram as aulas de língua portuguesa